



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639223 - SP (2021/0005772-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RODRIGO CÉSAR JERONYMO - SP235675
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EVANDRO CAETANO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EVANDRO CAETANO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2284418-52.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente desde o dia 15/5/2020 pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta, em síntese, ausência de fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva, excesso de prazo na resolução do litígio, bem como que o estabelecimento em que se encontra o preso está com ocupação superior à sua capacidade, o que aumenta o risco da contaminação pelo novo coronavírus.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, para que o paciente aguarde em liberdade o deslinde da persecução penal, ou a sua substituição pela prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 597123/RS.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL
PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO.

PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente